

Revista
Latino-americana de

**Geografia e
Gênero**

Volume 8, número 1 (2017)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Juventude Rural e Relações de Gênero: Uma Breve Discussão pela Ótica do Lazer, Trabalho e Projetos de Futuro

Juventud Rural y Relaciones de Género: Una Breve Discusión desde la Perspectiva del Ocio, el Trabajo y los Proyectos de Futuro

Rural Youth and Gender Relations: A Brief Discussion under the Perspective of Leisure, Work and Future Projects

Claudete Kuhn

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Brasil
claudetekuhn@hotmail.com

Karla Rosário Brumes

Universidade Estadual do Centro-Oeste - Brasil
kbrumes@hotmail.com

Como citar este artigo:

KUHN, Claudete; BRUMES, Karla Rosário. Juventude Rural e Relações de Gênero: Uma Breve Discussão pela Ótica do Lazer, Trabalho e Projetos de Futuro. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 8, n. 1, p. 79-103, 2017. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Juventude Rural e Relações de Gênero: Uma Breve Discussão pela Ótica do Lazer, Trabalho e Projetos de Futuro

Juventud Rural y Relaciones de Género: Una Breve Discusión desde la Perspectiva del Ocio, el Trabajo y los Proyectos de Futuro

Rural Youth and Gender Relations: A Brief Discussion under the Perspective of Leisure, Work and Future Projects

Resumo

Este trabalho traz uma abordagem sobre a juventude rural e as relações de gênero na agricultura familiar. O artigo propõe discutir as diferentes relações vivenciadas pela juventude rural em seus grupos de sociabilidade nos seus espaços de lazer e diversão, nas relações de trabalho na propriedade e em seus projetos de futuro, considerando os papéis de gênero desempenhados por moças e rapazes que vivem em algumas comunidades rurais, no município de Laranjeiras do Sul/PR. Para tal, foram utilizados como recursos metodológicos a Observação Participante, Grupos Focais e Entrevistas individuais. Assim, primeiramente apresentamos uma discussão sobre os estudos e a conceituação de gênero, a partir de uma perspectiva geográfica. Depois, apresentamos estudos que envolvem a Juventude Rural e como esse grupo social vem sendo interpretado pelas pesquisas acadêmicas. Finalmente, apresentamos as relações de gênero entre a juventude rural nos seus contextos de lazer e trabalho, e na construção de seus projetos de futuro.

Palavras-Chave: Juventude Rural; Gênero; Lazer; Trabalho; Projetos de Futuro.

Resumen

Este trabajo presenta una aproximación sobre la juventud rural y las relaciones de género en la agricultura familiar. El artículo analiza las diferentes relaciones que experimenta la juventud rural en sus grupos de sociabilidad en su tiempo libre y de diversión, en las relaciones laborales en la propiedad y en sus proyectos de futuro, teniendo en cuenta los roles de género de chicas y chicos que viven en algunas comunidades rurales en el municipio de Laranjeiras do Sul/PR. Con este fin, se utilizaron como recursos metodológicos la observación participante, grupos focales y entrevistas individuales. Así, en primer lugar, presentamos una discusión sobre los estudios y el concepto de género desde una perspectiva geográfica. A continuación, presentamos los estudios relativos a la juventud rural y cómo este grupo social ha sido interpretado por las investigaciones académicas. Por último, presentamos las relaciones de género entre la juventud rural en sus contextos de ocio y de trabajo, y en la construcción de sus proyectos de futuro.

Palabras-Clave: Juventud Rural; Género; Ocio; Trabajo; Proyectos de Futuro.

Claudete Kuhn, Karla Rosário Brumes



Abstract

This work aims to make an approach over rural youth and gender relations in family farming. The article proposes to discuss the different relationships experienced by rural youth in their groups of sociability, especially in environments for leisure and fun, in work relations at the farms and concerning future projects, considering the gender roles of girls and boys who live in some rural communities in the countryside of the town of Laranjeiras do Sul, PR, Brazil. The methodological resources used in the research were Participant Observation, Focus Groups and Individual Interviews. Firstly, we present a discussion about the studies performed and define the concept of gender from a geographic perspective. Then, we discuss over the studies concerning rural youth and how this social group has been interpreted by the academic research. Finally, we present the gender relations of rural youth in their environments for leisure and labor, and in the building of their projects for the future.

Keywords: Rural Youth; Gender; Leisure; Work; Projects for the Future.

Reflexões Iniciais

Considerando as transformações que têm ocorrido no espaço rural brasileiro, devido ao processo de modernização da agricultura e o fortalecimento das relações capitalistas no campo, se faz necessário pensar os sujeitos sociais que vivem, trabalham e desenvolvem formas de vida nesse espaço. Neste contexto, a juventude rural emerge como um dos grupos sociais mais afetados por essas modificações que atingem o campo brasileiro, em especial, a agricultura familiar.

Apesar de estar ocorrendo avanços significativos nos estudos que envolvem a juventude rural, nas mais diversas áreas do conhecimento nos últimos anos, se faz necessário pensar esses sujeitos sociais pelo olhar geográfico. Entender a juventude rural supõe compreender a existência de diferentes contextos espaciais que eles/elas vivenciam e circulam cotidianamente, os quais lhes proporcionam diferentes experiências espaciais, temporais e territoriais.

De acordo com Pais (2003a, p. 70), “torna-se necessário que os jovens sejam estudados a partir de seus contextos vivenciais, quotidianos, porque é cotidianamente, [...] isto é, no curso de suas interações, que os jovens constroem formas sociais de consciência, de pensamento, percepção e ação”.

Considerando a centralidade dessa afirmação, este artigo propõe apresentar uma breve discussão sobre a juventude rural e as relações de gênero na agricultura familiar. O enfoque busca discutir as diferentes relações vivenciadas pela juventude rural em seus grupos de sociabilidade nos seus espaços de lazer e diversão, nas relações de trabalho na propriedade e em seus projetos de futuro, considerando os papéis de gênero desempenhados por moças e rapazes que vivem em algumas comunidades rurais no município de Laranjeiras do Sul/PR.

A discussão busca apresentar uma breve dimensão da realidade de vida desses sujeitos sociais, refletindo sobre suas diferentes trajetórias, experiências, formas de pensar e vivenciar sua condição juvenil no espaço rural, ou seja, longe de ser um todo homogêneo, a juventude rural apresenta-se diversificada e plural, possibilitando várias reflexões a respeito do universo

juvenil no campo.

Para iniciar, descrevemos a trajetória de pesquisa e os recursos metodológicos utilizados para a produção de informações atinentes a essa discussão. Em seguida, trazemos uma breve discussão teórica sobre as abordagens de gênero na ciência geográfica e sua conceituação, e também, sobre os estudos que envolvem a Juventude Rural e como esse grupo social vem sendo interpretado pelas pesquisas acadêmicas. Finalmente, apresentamos os aspectos mais importantes acerca da juventude rural e suas relações de gênero na agricultura familiar, no que diz respeito ao lazer, relações de trabalho e seus projetos de futuro.

Percurso da Pesquisa

As discussões apresentadas nesse artigo resultam da pesquisa realizada por ocasião da nossa dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro Oeste, finalizada em 2014. Na oportunidade, analisamos os espaços de lazer e sociabilidade vividos pela juventude rural de Laranjeiras do Sul/PR, e como estes foram se modificando ou sendo alterados, a partir das transformações ocorridas no lugar, olhando, sempre, para outros contextos mais abrangentes (KUHN, 2014).

Assim, realizamos o estudo em três comunidades rurais do interior do município: a comunidade Rio do Tigre, localizada na direção norte e com cerca de 38 km de distância da área central; e as comunidades São Pedro do Interior e Faxinal Grande, localizadas na direção sudeste, a cerca de 10 e 7 km de distância da área central, respectivamente. As três comunidades rurais são caracterizadas pela presença de pequenas propriedades que desenvolvem a agricultura familiar.

Como recorte temporal, estabelecemos a década de 1980, período no qual o Estado do Paraná passou por um profundo processo de modernização da agricultura. Assim, para desenvolver a análise trabalhamos com duas gerações: uma composta por pessoas que vivenciaram sua juventude na década de 1980 e com a juventude rural da geração atual.

Na busca de entender esse processo, optamos por realizar uma pesquisa de cunho qualitativo. Com a juventude rural da década de 1980, utilizamos como aporte metodológico a História Oral por meio da técnica de entrevistas. Para a juventude rural pertencente à geração atual, utilizamos a metodologia da Observação Participante, a qual possibilitou a nossa inserção nos contextos de vivência desse grupo social nas comunidades onde vivem. Assim, foi possível acessar os espaços de lazer frequentados pela juventude rural no campo e na cidade, nos momentos de tempo livre, em especial, nos seus finais de semana nas comunidades. Por meio da relação estabelecida com os/as jovens rurais, tivemos a oportunidade de conhecer a família de alguns deles/as. Tudo o que observamos foi anotado em nosso diário de campo.

Para dar sustentação à Observação Participante, também utilizamos a metodologia dos Grupos Focais. Foram realizados três grupos, um em cada comunidade, sendo constituídos por moças e rapazes. Por fim, realizamos sete entrevistas individuais semiestruturadas, com um roteiro previamente

estabelecido. Entrevistamos quatro jovens do sexo masculino e três do sexo feminino. Essas metodologias foram de extrema importância para a produção de informações a respeito de nossa investigação, tal como apontado em Kuhn e Brumes (2015).

A pesquisa apresentou, entre outros aspectos, resultados significativos sobre a relação entre a juventude rural, as transformações dos espaços de lazer no campo e na cidade, sobre a territorialidade e espacialidade desses sujeitos sociais e a constituição de suas identidades.

No entanto, no decorrer do estudo e durante a análise das informações produzidas, observamos uma diferenciação de gênero entre a juventude rural atual no que diz respeito aos grupos de amizade e aos espaços de lazer que frequentam, as relações de trabalho na propriedade e em relação aos seus projetos de futuro. Considerando os limites desse artigo, apresentaremos por ora, os pontos que identificamos como mais relevantes para pensar, em diferentes situações, as relações de gênero entre os/as jovens rurais, as quais influenciam nas suas territorialidades, constituição de suas identidades e que dão especificidade a esse grupo social.

Muitas vezes, a juventude rural é invisibilizada pelas pesquisas científicas e pela Geografia, quando são abordadas questões relacionadas ao campo brasileiro e a problemática que envolve a agricultura familiar em nosso país. Acreditamos, frente a este contexto, que essa discussão se torna pertinente.

Gênero na Perspectiva Geográfica

A discussão sobre gênero, dentro da ciência geográfica, apresenta-se como recente. Ela está mais enraizada no feminismo, buscando apreender os papéis socialmente definidos para homens e mulheres.

A Geografia de Gênero está articulada a diferentes correntes do pensamento geográfico, como a Geografia Neopositivista, Humanista e Marxista, as quais abriram um campo fértil para a análise feminista. No Brasil, o conceito de gênero começou a ser utilizado pelos/as pesquisadores/as no final da década de 1980 e início da década de 1990. No entanto, a discussão ganha mais evidência nas universidades europeias, com destaque para a Inglaterra, e nas universidades norte-americanas, bem como um pequeno enfoque na América Latina (SILVA, 2009).

De acordo com Scott (1995), o termo gênero parece ter conquistado visibilidade recentemente entre as feministas americanas, as quais buscavam abordar o caráter fundamentalmente social das diferenças baseadas no sexo. A palavra traduzia uma rejeição ao determinismo biológico imbricado no uso dos termos sexo ou diferença sexual.

A partir da introdução do caráter relacional que envolve as discussões sobre gênero, houve uma mudança nos estudos que focalizam as mulheres, indo para além do caráter meramente descritivo.

Várias ciências como a Antropologia, História, Sociologia, Psicologia, etc., buscaram e procuram contribuir para a construção de uma definição de gênero. Para a Geografia, a década de 1960 será um marco importante, pois de acordo com Silva (2009), nesse período emerge o movimento feminista, conhecido como “segunda onda”. Para a autora, esse acontecimento foi relevante para que

as geógrafas iniciassem um movimento interno na geografia a partir de 1970. Esta possuía uma perspectiva pautada em três objetivos principais: “(...) construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (...)” (SILVA, 2009, p. 27). A partir daí, as geógrafas inglesas buscaram desenvolver pesquisas sobre gênero e promover as mulheres dentro das universidades, nos âmbitos acadêmicos e científicos.

No decorrer da década de 1980, os estudos feministas foram influenciados pelas teorias marxistas e pela noção de patriarcado. Conforme Silva (2009), as geógrafas feministas compreendiam que as questões de gênero, que explicam a subordinação das mulheres, devem estar articuladas às lutas de classes e não ser analisadas de forma isolada. Ao abolir os sistemas de exploração também se anulará as outras formas de opressão, em especial, em relação às mulheres. De acordo com a autora,

O patriarcado é compreendido pelas geógrafas feministas como um sistema de relações hierarquizadas no qual os seres humanos detêm poderes desiguais, com a supremacia da autoridade masculina sobre a feminina em diversos aspectos da vida social, abrangendo desde os sistemas econômicos e sistema jurídico-institucionais até os regimes cotidianos do exercício da sexualidade (SILVA, 2009, p. 33).

Ainda, para Silva (2009), as abordagens feministas baseadas no patriarcado são relevantes, mas, as ausências de maiores aprofundamentos teóricos não possibilitaram o avanço das discussões e do campo de análise, haja vista reforçarem a posição de vitimização das mulheres, desconsiderando as possibilidades de transformações sociais.

No entanto, com o passar do tempo, o conceito de gênero foi sendo enriquecido pelas discussões propostas pelas geógrafas feministas. Neste sentido, Scott (1995, p. 75) destaca que o conceito de gênero “(...) é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”.

Essa definição nega a ideia de esferas separadas, implicando uma análise a partir do enfoque relacional, já que as mulheres são concebidas na sua relação com os homens. Para Scott (1995, p. 75-76), o termo gênero, e o seu uso:

(...) rejeita explicitamente explicações biológicas [...] torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e as mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. [...] O uso de “gênero” enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.

De acordo com Silva (2009), o conceito de gênero pela perspectiva relacional, também avançou na ciência geográfica, pois esta é mediada pelas diferentes escalas espaciais. Para a autora,

A adoção do conceito de gênero pelas geógrafas feministas permitiu avanços teóricos e metodológicos, além da ampliação do campo de estudos, já que o espaço passou a ser um importante elemento para produto e condição das relações de gênero. Cada organização espacial é produto e condição das relações de gênero instituídas socialmente, contudo, hierarquizada, com primazia dos homens em relação às mulheres (SILVA, 2009, p. 35).

Sobre este enfoque (o gênero como construção social) foi possível tecer análises sobre as características das relações de gênero em diferentes contextos, considerando que elas podem ser variáveis em termos de escalas e interações espaciais.

A discussão de gênero também ganhou espaço em áreas rurais. Conforme Woortmann (2010), os primeiros estudos foram realizados por Chayanov, nas décadas de 1960 e 1970. O enfoque se dava na família camponesa na qual o homem era responsável pela produção e a mulher, pelo espaço doméstico.

Segundo Scott e Cordeiro (2010), os primeiros estudos sobre os grupos sociais, em áreas rurais, não levavam em consideração as relações de gênero e geração, apesar de haver diferenças entre seus componentes. Para os autores, o espaço rural e as interações/vivências nesse meio são diversas, plurais. Segundo eles, “essa pluralidade resulta do encontro de diferenças que se manifestam internamente ao grupo doméstico, com estruturas de poder mais amplas” (SCOTT e CORDEIRO, 2007, p. 17).

Foi no decorrer da década de 1980 que os estudos focados em investigar o papel da mulher no espaço rural começaram a ganhar maior notoriedade, tal como apontam Cordeiro e Scott (2007, p. 420):

No Brasil, as reflexões sobre mulheres e gênero em contextos rurais alcançaram uma maior visibilidade a partir da década de 1980. Podemos citar três vertentes – ora se entrecruzam, ora correm paralelas – que contribuíram para o delineamento dessa área: a produção das pesquisadoras feministas sobre o trabalho feminino e, particularmente, sobre o trabalho das mulheres na área rural; os discursos das mulheres trabalhadoras rurais organizadas em grupos e movimentos; as pesquisas etnográficas sobre campesinato, ribeirinhos/as, populações indígenas, comunidades de coletores/as e pescadores/as, etc.

Para os autores, a emergência de movimentos sociais coletivos organizados e compostos pelas mulheres agricultoras, foi destaque para o cenário político do país nesse período. No início da década de 1980, em vários locais do Brasil, as mulheres rurais passaram a se articular e promover encontros nos quais

debatiam sobre suas vidas e trabalho. Nesse contexto, algumas lutas ganharam maior visibilidade política:

reconhecimento do trabalho na agricultura e nos sistemas agroextrativistas; lutas pelo direito a terra e pela reforma agrária; acesso aos benefícios da Previdência Social; participação das mulheres na estrutura sindical, seja como associadas a sindicatos, seja como diretoras de sindicatos e federações (CORDEIRO e SCOTT, 2007, p. 420).

Desse modo, é possível notar que vários esforços foram empreendidos no sentido de compreender e analisar o papel da mulher no campo, nas atividades produtivas e reprodutivas. Para Torres e Rodrigues (2010), durante um longo período, a divisão de tarefas na propriedade foi utilizada como categoria explicativa para os papéis de gênero. A função e os papéis que são atribuídos ao homem e a mulher na propriedade rural são construídos e reconstruídos dentro de cada grupo social.

Essa divisão do trabalho ainda persiste em muitas propriedades, em especial, as que desenvolvem a agricultura familiar. Neste contexto, a mulher desempenha um papel fundamental, tanto no que concerne ao trabalho cotidiano familiar como nas atividades consideradas produtivas.

No entanto, o trabalho desenvolvido por elas é entendido como 'ajuda', inferiorizado dentro do contexto familiar e das relações de trabalho (GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2005). Scott (2010) ressalta que o entendimento do trabalho feminino como 'ajuda' é frequente na agricultura familiar. Para ultrapassar essa interpretação, o autor salienta que devemos entender o gênero em contextos rurais “como relações de poder em constante negociação entre mulheres e homens em domínios de poder diversos” (p. 24).

O trabalho realizado pelas mulheres não possui uma valorização social apesar do seu “sobretalho”. Os momentos que seriam destinados ao repouso, são preenchidos pelo trabalho doméstico. Elas realizam uma jornada de trabalho mais ampla se comparada aos homens. Para Silva e Portella (2010, p. 127) “as mulheres não são invisíveis, elas são invisibilizadas pelos outros, ou seja, não são reconhecidas como sujeitos ativos dos processos produtivos”.

No entanto, podemos destacar que os papéis de gênero atribuídos aos homens e mulheres do meio rural, vão além das relações de trabalho. Estão presentes, também, nos aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. São crescentes as discussões acadêmicas sobre as relações de gênero em áreas rurais no Brasil, tanto no sentido de apresentar as relações de “subordinação” da mulher em relação ao trabalho, dependência financeira, participação na tomada de decisões na propriedade, etc.; como também, em relação ao empoderamento e o papel ativo que muitas mulheres têm buscado e desempenhado no espaço rural brasileiro. A discussão é ampla e complexa, ultrapassando os limites desse artigo.

Para tanto, seguiremos o estudo enfocando as discussões que vêm sendo desenvolvidas acerca da juventude rural para pensarmos as relações de gênero presentes nesse grupo social, objetivo central desse artigo.

Para Pensar e Discutir a Juventude Rural

Apesar das análises produzidas sobre a temática da juventude estarem centradas, em sua maioria, na juventude urbana, podemos observar um conjunto de estudos que indicam para a impossibilidade de tratar essa temática no singular, evidenciando a existência de 'múltiplas juventudes'. Estas variam de acordo com as diferentes configurações sociais, espaciais e temporais.

Pensar a juventude na sua pluralidade, nos remete à reflexão sobre as múltiplas condições juvenis vivenciadas pela juventude em seus contextos sociais distintos, como o campo e a cidade.

No que diz respeito à juventude rural, é notável a posição emblemática a que está submetido esse grupo social, tendo em vista a situação em que se expressa a agricultura familiar no Brasil. A respeito disso, Lamarche (1997, p. 184) destaca que “evidentemente a exploração familiar tem passado por profundas transformações nestas últimas décadas, todavia foi bastante afetada pelo caráter ‘conservador’ da modernização agrícola: discriminatório, parcial e incompleto”.

Apesar da modernização da agricultura no Brasil ter gerado um aumento na produção agrícola e inserido a agricultura no cenário internacional, por outro lado, deixou muitos pequenos agricultores familiares a margem desse modelo de produção capitalista. Nesse sentido, e a partir das análises acerca dos fenômenos que ocorrem no espaço rural, Carneiro (1998, p. 1) destaca que:

(...) a juventude rural salta aos olhos como a faixa demográfica que é afetada de maneira mais dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, combinada com o agravamento da situação de falta de perspectivas para os que vivem da agricultura.

É nesse contexto que a juventude rural torna-se central. Para Castro (2009), nos últimos anos houve um aumento no número de estudos e ações que envolvem esse grupo social, apesar da juventude rural brasileira ainda ser pouco conhecida.

De acordo com Castro (2005), há uma distância considerável entre o acúmulo de debate sobre a juventude urbana e juventude rural no Brasil. Os/as jovens pertencentes a esse grupo social são vistos como uma população específica, considerada uma minoria, sendo que, na realidade, não se trata de um número tão pequeno. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), vivem hoje na área rural cerca de oito milhões de jovens, na faixa etária de 15 a 29 anos¹, correspondendo a 27% da população rural do Brasil. A região Sul do país possui 15,1% de população jovem rural

1 Essa classificação da juventude com base em delimitação etária, corresponde aos dados do IBGE, pautado em órgãos internacionais, os quais classificam como jovens as pessoas em idade entre 15 e 24 anos. No entanto, destacamos que para nosso trabalho, a condição juvenil não é definida a partir do critério etário, tendo em vista, que considerá-los por essa ótica implica em desubstancializar as categorias jovem e juventude.

vivendo no campo e 84,9% nas cidades.

Ao realizarmos a análise dos estudos que envolvem a juventude rural, foi possível perceber que se trata de um tema contemporâneo nas abordagens que envolvem a agricultura familiar, reprodução da unidade de produção e sucessão da terra, desenvolvimento rural, segurança alimentar e a própria permanência e fixação da população no campo.

Apesar disso, os trabalhos e pesquisas acadêmicas sobre juventude não possuem uma variedade intensa. Carneiro (1998, p. 1) destaca que algumas pesquisas “(...) referem-se ao jovem apenas na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no interior da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente na ótica do trabalho”.

Já Brumer (2007) ressalta que dois temas são recorrentes quando se focaliza a juventude rural: a tendência migratória dos jovens, a qual é justificada, em muitas situações, por uma visão negativa da atividade agrícola e de seus benefícios; e a segunda, trata da questão sobre as características e problemas referentes a transferência do estabelecimento familiar para a nova geração.

Castro (2005) salienta que a juventude rural encontra vários desafios e incertezas entre 'sair e ficar' no campo. Ela chama atenção, frente a isso, para o fato de que a articulação dos/as jovens rurais ao problema da “migração campo-cidade” e a imagem de um jovem sem interesse pelo meio rural, colabora para a “invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais” (CASTRO, 2005, p. 1).

Além desses, os debates atuais sobre a juventude rural também abordam outros aspectos, como observamos no decorrer de nossa investigação teórica. Alguns estudos abordam as relações de trabalho na propriedade familiar: divisão de papéis desempenhados pelos membros na unidade de produção, importância da família para os/as jovens rurais e conflitos internos (tomada de decisões, namoro, amizades, controle dos pais em relação a autonomia dos/das jovens) (CASTRO, 2005; BRUMER, 2007; BRANCO, 2003; WEISHEIMER, 2005; CARNEIRO, 1998).

Por outro lado, outros estudos relacionam a juventude rural com o universo escolar: papel simbólico que a escola possui para os/as jovens rurais; posição dos pais em relação a continuidade dos estudos dos filhos/as; conflitos, experiências e interferências provocadas no universo cultural e simbólico dos/as jovens rurais no contato com a juventude e a escola urbana e a cidade. Estes últimos aspectos, via de regra, não interferir diretamente na construção dos seus projetos de futuro (SILVA, 2008; BRANCO, 2003; CARNEIRO, 1998; GAVIRIA e MENASCHE, 2006).

Como podemos verificar, poucos estudos abordam o universo social e cultural da juventude rural. Em muitas pesquisas esse grupo social é interpretado unicamente pela ótica do trabalho e/ou na sua inserção no âmbito familiar. O debate precisa ir além. A juventude rural não pode ser entendida e interpretada como um recorte de uma população específica, mas a partir dos seus espaços de vivências e contextos sociais. Trata-se de um grupo que possui identidades culturais e territoriais diversas e com demandas específicas em termos de políticas públicas.

Para Castro (2005), a juventude vai além do critério etário, sendo necessário



falar em “juventudes no plural”, devido aos vários modos de “ser jovem” existentes. Acerca deste aspecto, Groppo (2000, p. 15) faz uma afirmação importante sobre a diversidade da juventude:

Esta concepção alerta-nos sobre a existência, na realidade dos projetos sociais concretos, de uma pluralidade de juventudes: de cada recorte sociocultural, classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano ou rural, gênero, etc. – saltam subcategoria de indivíduos jovens, com características, símbolos, comportamentos, subculturas e sentimentos próprios. Cada juventude pode reinterpretar à sua maneira o que é “ser jovem”, constringendo-se não apenas em relação às crianças e adultos, mas também em relação a outras juventudes.

De acordo com Weisheimer (2005), muitas vezes a existência da juventude rural tem sido questionada. A inserção dos jovens no processo produtivo os levaria diretamente da infância para a condição de adulto. No entanto, esse processo se dá de forma parcial, pois o jovem rural, apesar de sua força de trabalho, ainda está submetido a autoridade dos pais. A posição de adulto, só será adquirida socialmente, a partir do momento em que concluir seu processo de individualização, ou seja, quando constituir uma unidade produtiva autônoma, após o casamento, ou após a passagem sucessória do estabelecimento familiar.

Carneiro (2005) acrescenta que entendida dessa forma, pela ótica do trabalho, “a “juventude rural” – categoria fluida, imprecisa, variável e extremamente heterogênea – permanece na invisibilidade quanto a sua participação nas demais esferas da vida social, dificultando, assim, a compreensão de sua complexa inserção num mundo culturalmente globalizado” (p. 244).

A invisibilidade da juventude rural se torna evidente devido ao olhar baseado na compreensão de juventude urbana e se confronta, ainda, com as imagens “urbanas” sobre o campo. Para Castro (2005), o jovem rural está longe do isolamento e está vinculado ao mundo globalizado e afirma sua identidade enquanto trabalhador, pequeno produtor familiar, lutando por terra e por seus direitos. “Assim, jovem da roça, juventude rural, jovem rural, são categorias aglutinadoras de atuação política” (CASTRO, 2005, p. 2 – grifo no original).

Carneiro (2005, p. 245) aponta para a dificuldade em delimitar o que se caracteriza como Juventude Rural. Para ela “(...) esta é uma categoria socialmente construída, que se caracteriza pela transitoriedade, outro ponto limitador está pautado na imprecisão do que se entende por rural, num contexto de intensificação dos universos do campo e da cidade”.

Em outro trabalho, realizado em duas áreas rurais, uma no estado de Rio de Janeiro e outra no Rio Grande do Sul, Carneiro (1998) considera dois critérios para a definição de jovem rural: estar em um período de preparação para ingressar no mercado de trabalho e não ter constituído uma unidade familiar independente por meio do casamento. Assim “(...) jovem seria aquele indivíduo que se encontraria em uma fase caracterizada pela discrepância entre

o projeto de vida vislumbrado e as atividades em realização” (CARNEIRO, 1998, p. 2). Ou seja, um projeto de futuro seguido de um grau diferenciado de possibilidades de realização.

Também concordamos com Wheisheimer (2005), quando afirma que a juventude rural possui uma especificidade que deve ser estabelecida através da análise dos processos de socialização, no qual os jovens estão inseridos, pois os jovens são socializados de formas variadas e constroem experiências, assim como, identidades juvenis diferentes.

Então, devemos considerar que ainda existe no campo uma enorme diversidade juvenil, sendo possível falar em juventudes rurais no plural. Isso nos remete à impossibilidade de pensarmos em um único perfil de “juventude rural no campo” ou um único perfil de 'jovem rural', tal como também observou Carneiro (2005) sobre a diversidade da juventude brasileira.

Na pesquisa que realizamos, assim como na discussão apresentada aqui, delimitamos como juventudes rurais, os/as jovens rurais que ainda não constituíram uma unidade familiar por intermédio do casamento. Vale destacar, ainda, que consideramos esse grupo como uma categoria social e historicamente construída, diversa, não se configurando como algo determinado ou acabado em sua compreensão.

Apesar de ainda existir uma imprecisão conceitual sobre a juventude rural e as discussões não possuírem uma variedade temática, buscaremos contribuir debatendo questões sobre a juventude rural e as relações de gênero na agricultura familiar.

Um Olhar sobre as Relações de Gênero entre a Juventude Rural

A condição de ser moça ou rapaz no meio rural pode ser vivenciada de maneira diferenciada entre a juventude rural, considerando que as relações sociais e as conformações socioespaciais são pautadas por princípios, regras e valores que regem esse espaço.

Durante a realização da pesquisa, por meio da metodologia da Observação Participante, foi possível vivenciar e entender as dinâmicas territoriais, as relações sociais e culturais, vivenciadas pela juventude rural nas comunidades rurais e aspectos referentes às relações familiares. Como dito anteriormente, os papéis de gênero ainda existem em muitas comunidades rurais que desenvolvem a agricultura familiar. Entre a juventude rural das três comunidades participantes da nossa pesquisa, esta característica também ficou notável. Por vezes, apresentou-se como semelhante, e em outros, de forma diferenciada.

A juventude rural de Laranjeiras do Sul não possui muitas opções de lazer e diversão nos finais de semana, estando restritos às festas religiosas, bailes e torneios de futebol realizados nas comunidades rurais. Em alguns momentos, frequentam os espaços de lazer urbanos: bailes, bares e lanchonetes, pizzarias ou, ainda, circulam pelas ruas da cidade. Foi nesses espaços que fizemos nossas investidas a campo para coletar e produzir informações para nossa pesquisa.

Ao iniciar a Observação Participante em um jantar dançante na comunidade

Rio do Tigre² (a mais distante da área central da cidade), observamos que os/as jovens rurais formavam grupos de amizades separados por gênero: os rapazes não se misturavam com as moças.

Durante as festas e bailes nessa comunidade ou nas comunidades vizinhas, a juventude rural se distribuía em vários grupos. Os jovens rurais estavam sempre conversando sobre seus cotidianos, partidas de futebol, rindo e ao mesmo tempo, observando às jovens presentes no evento.

As jovens conversavam entre si, ficavam em grupos, próximas a pista de dança, onde aguardavam os rapazes convidá-las para dançar. Quando isso não acontecia, elas formavam pares entre si, para não perder a dança e a oportunidade de se divertir.

Observamos, também, que as jovens rurais sempre estavam acompanhadas dos pais ou de alguma pessoa responsável (irmãos, primos, tios/as) nos eventos, festas ou bailes. Durante a realização do grupo focal e das entrevistas individuais, ficou evidente na fala das jovens, que dificilmente os pais as deixam sair sozinhas ou com o grupo de amigas nos finais de semana. Às vezes, elas saem de casa acompanhadas dos irmãos, mas dependem da disponibilidade e vontade deles para acompanhá-las. Desse modo, muitas acabam ficando em casa nos finais de semana e, vez ou outra, visitam alguma amiga.

Já em relação aos rapazes, percebemos que possuem uma maior autonomia em relação aos pais, no que diz respeito à circulação nos espaços de lazer nas comunidades rurais. Os jovens possuem maior liberdade que as jovens para vivenciarem sua condição juvenil com o grupo de pares. Com o grupo de amigos, utilizando motos e carros como meio de transporte, participam dos torneios de futebol nas comunidades vizinhas aos sábados e domingos, bem como frequentam festas e bailes nas comunidades mais distantes. Em alguns momentos participam, mesmo que de forma reduzida, dos espaços de lazer urbanos.

Eles também possuem uma maior liberdade em relação ao horário de retorno, após o término dos eventos. Esta situação não se apresenta às jovens rurais dessa comunidade. O trajeto delas, da casa até nos bailes e festas, é realizado com a família, ao contrário dos meninos que já conquistaram maior liberdade de circulação.

Diante dessas observações, podemos verificar a presença de manifestações de controle e vigília das gerações mais velhas em relação às jovens em seus espaços de circulação social. Durante as festas e bailes, as jovens ficam restritas ao seu grupo de amigas e buscam seguir o padrão de moralidade imposta pela sociedade local. Caso alguma delas tenha atitude não condizente com tal “norma”, é “punida” com a possibilidade de “cair na boca do povo”, tal como reiterado por uma jovem durante uma conversa informal anotada em nosso diário de campo.

A presença da cultura patriarcal se caracteriza por uma dominação de gênero, na qual homens e mulheres possuem papéis distintos diante das regras

2 O jantar dançante ocorreu no dia 26 de janeiro de 2013, um sábado. A festividade foi organizada pelas pessoas da comunidade e contou com a participação de pessoas que residem nas comunidades rurais vizinhas.

sociais que regem a vida local. Isso gera um desconforto para as jovens. As regularidades da ordem social impõem e inculcam medidas e comportamentos que as excluem de certas vivências, experiências juvenis e espaciais.

As jovens são limitadas não só pelo controle dos pais, que não as deixam sair sozinhas, como também pela comunidade, que estabelece um tratamento distinto para as moças e rapazes, de acordo com as regras sociais que regem a vida local.

A condição, na qual as jovens rurais dessa comunidade estão submetidas, limita a vivência de uma experiência espacial especificamente juvenil. São poucos os momentos que elas possuem para praticarem suas sociabilidades e desfrutar um momento de liberdade em relação ao “controle” do olhar dos adultos. Não poder circular pelos diferentes espaços com o grupo de amigas nos finais de semana, limita a circulação delas para além da comunidade e as impossibilita de viverem experiências territoriais ou mesmo articular-se com outros grupos juvenis.

Já os rapazes, por usufruírem dessa autonomia, possuem uma rede territorial de circulação mais ampla. No campo, quando frequentam torneios de futebol, festas e bailes, estabelecem vivências nesses lugares e conexões com outros jovens. Territorializando-se, desterritorializando-se e se reterritorializando, eles podem viver a experiência da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2004).

No caso da juventude rural dessa comunidade, as relações de gênero, muito semelhantes às características do patriarcado (SILVA, 2009), estabelecem uma hierarquia e controle quanto aos espaços de lazer e acesso ao grupo de amizade com as quais elas podem articular-se. Observamos uma primazia de maiores liberdades dos jovens em relação às jovens.

Como as jovens rurais encontram maiores dificuldades para sair de casa nos finais de semana, e diante das poucas oportunidades de lazer e diversão no campo, a escola na comunidade se apresentou como um importante espaço de sociabilidade para toda a juventude, em especial, para elas. Na comunidade Rio do Tigre, localiza-se o Colégio Estadual do Campo Professor Valmir Nunes, que oferta os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Todos os dias convergem para a escola a maior parte dos/das jovens rurais que vivem na comunidade e nas comunidades vizinhas.

A partir das relações estabelecidas entre eles/elas, identificamos características em comum e formamos grupos de amizades. De acordo com Dayrell (2001), a escola aparece como um espaço para além da educação formal, pois entre os interstícios das atividades escolares e das regras a serem seguidas, os grupos aproveitam para falarem um pouco de si, trocarem ideias e sentimentos. Podemos afirmar que, para estas jovens rurais, o momento em que estão na escola ganha uma conotação especial, tendo em vista que nos espaços de lazer sempre estão acompanhadas dos pais e não possuem liberdade para saírem sozinhas ou com seu grupo de amigas.

Para a juventude rural das comunidades Faxinal Grande e São Pedro do Interior observamos, no decorrer da pesquisa, alguns aspectos que se diferenciam da juventude rural da comunidade Rio do Tigre no que diz respeito aos grupos de amizade e a participação nos espaços de lazer e diversão.

Essas duas comunidades estão localizadas próximas espacialmente e

possuem características em comum. Os/as jovens rurais que vivem nesses lugares também possuem, como principais espaços de lazer e sociabilidade, as festas e bailes realizados nas comunidades. Este último evento ocorre raramente.

Em nossas investidas a campo, observamos que os rapazes e moças formam grupos de amizades misturados entre gênero e também com jovens de outras comunidades. De acordo com as entrevistas e os grupos focais realizados nas duas comunidades, os/as jovens rurais relataram que todos/as se conhecem. Isso ocorre porque eles/elas estudam nas escolas urbanas. O deslocamento diário de ônibus até a cidade para estudar possibilita o estabelecimento de conexões com jovens da comunidade, das comunidades vizinhas e também com alguns/as jovens urbanos/as. Assim acabam formando grupos de amizades que também atingem os espaços de lazer.

Os grupos de pares são formados por irmãos/ãs, primos/as e filhos/as dos vizinhos que moram próximos à casa dos pais. Grande parte dos grupos de amizades, dos quais os/as jovens rurais fazem parte, iniciaram sua constituição nos primeiros processos de socialização na comunidade, sendo fortalecidas nas vivências da escola e nos espaços de lazer.

Nas festas das comunidades, percebemos que elas se caracterizam como um espaço da família. As jovens chegam e vão embora acompanhadas dos pais. Durante a festa os rapazes convidam as moças para dançar. Os/as jovens rurais conversam entre si e se divertem. Já os bailes se caracterizam pela presença de um público jovem e um número reduzido de pais acompanhando os/as filhos/as. Por meio da observação participante, percebemos que os/as jovens rurais das duas comunidades possuem certa liberdade para frequentar os espaços de lazer e diversão no campo e na cidade.

Segundo nos relataram, os pais dão liberdade porque todos se conhecem e possuem laços de parentesco ou vizinhança. Isso gera uma confiança por parte dos pais, pois sabem onde e com quem os/as jovens rurais estão. Em relação ao horário de retorno, não há controle formal por parte dos pais, mas eles/elas sabem das responsabilidades que possuem em relação ao trabalho na propriedade e aos compromissos nos domingos pela manhã, tal como a participação no culto católico realizados nas igrejas das comunidades.

Apesar disso, a juventude rural da comunidade Faxinal Grande também destacou, durante o grupo focal, que as jovens rurais encontram maiores dificuldades para saírem sozinhas nos finais de semana. Para eles/elas a violência, o consumo de drogas e álcool, acaba restringindo as jovens de frequentarem determinados espaços.

As falas apontam para uma tentativa de proteção por parte dos pais em relação aos filhos/as, quando eles/elas saem de casa nos finais de semana. O grupo de amigos, a presença de um irmão mais velho nos espaços de lazer remetem, de certa forma, a uma segurança para os pais, pois sabem que os/as filhos/as não estão sozinhos/as, principalmente no caso das jovens.

Analisando essas informações, percebemos que a possibilidade das jovens rurais não frequentarem determinados espaços, por questão de segurança, encontra-se naturalizada nos discursos dos/das jovens rurais. No entanto, observamos uma distinção de gênero em relação aos lugares que eles/elas podem frequentar. As jovens vivem uma exclusão espacial no que diz respeito

a circulação e participação em determinados espaços de lazer e diversão. Isso limita a construção de suas identidades individuais e coletivas e a vivência de outras experiências, que para os rapazes são possíveis.

Como são poucos os espaços de lazer disponíveis no campo, a juventude rural dessas duas comunidades também frequentam os espaços de lazer na cidade. Ao contrário do que ocorre na comunidade Rio do Tigre, as partidas de futebol são pouco frequentes, devido ao número reduzido de jovens vivendo nessas duas comunidades. Assim, os rapazes acabam jogando nas quadras dos colégios urbanos durante a semana. Articulam-se com jovens de outras comunidades ou com jovens urbanos, que conheceram na época da escola.

Sempre que possível, os/as jovens rurais vão até a cidade nos finais de semana para se divertirem. Frequentam o boliche, a pizzaria e vão a alguns bailes no Clube Operário, no Iguazu Tênis Clube e, em alguns momentos, frequentam bailes promovidos em ginásios e centros de eventos em outros municípios. As jovens rurais também frequentam os espaços de lazer na cidade e o fazem, acompanhadas de seu grupo de pares, muitas vezes, constituído por ambos os sexos.

A participação da juventude rural dessas duas comunidades, nos espaços de lazer urbanos, também se dá por uma rede de amizade constituída com os/as jovens urbanos/as. Os grupos se formaram pela relação estabelecida na escola urbana, na Universidade, participação no Centro de Tradições Gaúchas ou pela articulação em grupos de jovens articulados a religiosidade. Com esses grupos, os jovens e as jovens rurais tem a possibilidade de vivenciar experiências juvenis para além do campo.

Vale destacar, que essa possibilidade de circulação, conexões e desconexões, vivenciadas pelos/as jovens rurais da comunidade São Pedro do Interior e Faxinal Grande, entre os espaços de lazer no campo e na cidade e, com diferentes grupos de amigos/as, só foi possível devido a conquista de uma maior autonomia em relação ao controle dos pais sobre os espaços que frequentam e aos grupos do qual fazem parte. A conquista dessa “liberdade” também permitiu a conquista da noite, tempo propício para as práticas juvenis (DAYRELL, 2004). É nesse espaço/tempo do lazer noturno que os/as jovens têm oportunidade de experimentar uma “ilusão libertadora” longe do tempo rígido do trabalho na agricultura, das instituições educativas formais e dos próprios pais. É nesses momentos que elaboram seus cotidianos, divertem-se, perambulam pela cidade e pelos caminhos do espaço rural, reinventando seus sentidos, criando suas próprias normas, diferentes modos de ser jovem e criam e recriam suas expressões culturais.

Em relação às jovens rurais dessas duas comunidades, podemos verificar que já conseguiram alcançar uma maior autonomia se comparada as jovens da comunidade Rio do Tigre, no que diz respeito a circulação nos espaços de lazer e aos grupos de amizade que participam. Apesar da prevalência de um discurso e de atitudes patriarcais presentes nas relações familiares e também nas comunidades rurais, as jovens rurais dessas duas comunidades estão superando a sua invisibilidade em relação à participação nos espaços de lazer. Mesmo sendo um processo lento, as jovens pertencentes à geração atual podem vir a transformar as relações de gênero presentes no meio rural desses lugares.

Em meio ao universo da agricultura familiar, as relações familiares

destacam-se como elos importantes para a juventude rural, haja vista ocorrerem nesse espaço os primeiros processos de socialização e educação. Como relatamos anteriormente, durante nossa participação junto à juventude rural, um dos assuntos frequentemente comentados por eles/elas dizia respeito aos trabalhos desenvolvidos dentro da propriedade. A partir da realização das entrevistas individuais, ficou evidente uma divisão de tarefas, no que tange ao trabalho desenvolvido por cada um dos membros.

Nas propriedades existe uma divisão de gênero em relação ao trabalho produtivo e doméstico. Os pais e os rapazes são responsáveis pelo trabalho na agricultura, entendido como 'mais pesado'. Já as jovens e as mães são responsáveis pelos serviços domésticos e o cuidado com os animais, nesse caso, principalmente, a produção de leite.

Estas características dentro da unidade produtiva familiar também foram observadas por outros autores como Weisheimer (2005) e Branco (2003). Os jovens geralmente acompanham os pais no trabalho na lavoura. Esse processo de socialização do filho no trabalho agrícola pode ser entendido como uma passagem progressiva dos conhecimentos relacionados à produção agrícola e atribuições de responsabilidades para, no futuro, assumir o comando do estabelecimento rural. Weisheimer (2005) destaca, também, que os rapazes aparecem como força principal do trabalho junto ao pai nas atividades agrícolas, tal como observamos.

Já o trabalho das jovens, em linhas gerais, encontra-se diluído em meio às atividades domésticas comandadas pelas mães ou, ainda, se absorve nas atividades em que todos os membros participam. Na própria fala das jovens ficou evidente o termo "ajuda". Dessa forma, o trabalho das jovens e, mesmo das mães, muitas vezes, é pouco valorizado e entendido como algo complementar. Isso, de acordo com Weisheimer (2005), acaba desestimulando as jovens quanto ao interesse de permanência na propriedade e a continuidade dos trabalhos agrícolas.

De acordo com Scott (1995), o gênero faz parte das relações sociais com base nas distinções percebidas entre os sexos, sendo esta uma forma primeira de dar sentido às relações de poder. Desse modo, toda relação de gênero é uma relação de poder. A divisão do trabalho e papéis dentro da unidade de produção familiar, como observado em nosso estudo, legitima as relações de poder entre homens e mulheres. A relação que atribui papéis diferenciados para cada um dos sexos, resulta em uma distribuição desigual de poder, autoridade e valores entre homens e mulheres em áreas rurais.

Os jovens também acabam desenvolvendo algumas atividades autônomas dentro da propriedade, o que lhes permite uma obtenção de renda, tal como foi apontado pelos entrevistados e participantes do grupo focal das três comunidades. Conforme afirmaram alguns jovens, os pais lhe oferecem um pedaço de terra na qual cultivam fumo, soja ou milho. Essa renda extra é administrada por eles, lhes garantindo certa autonomia financeira em relação aos pais. De acordo com Weisheimer (2005), tal negociação entre pais e filhos visa proporcionar aos jovens uma renda própria para que reconheçam a importância do seu trabalho na propriedade e, ainda serve como um incentivo para que permaneçam na agricultura. No entanto, isso não foi constatado entre as jovens. Elas relataram depender economicamente dos pais quando querem

comprar alguma coisa ou mesmo sair de casa nos finais de semana. Mais uma vez, ficou evidente a exclusão das jovens dentro das relações familiares.

A diferenciação entre os rapazes e as moças também ocorre no que diz respeito ao processo de tomada de decisão dentro da propriedade. Foi consenso entre os participantes das três comunidades que os jovens têm voz ativa dentro da propriedade. Isso pode estar correlacionado ao fato de que o trabalho dos rapazes é considerado como mais relevante na unidade de produção, se comparado ao realizado pelas moças, muitas vezes entendido como uma ajuda.

As jovens afirmaram que, em alguns momentos, até expõem suas opiniões, mas isso é tratado como descaso pelos adultos, os quais consideram como irrelevantes. Aqui temos uma situação um pouco diferenciada daquela encontrada por Castro (2005), ao realizar uma pesquisa com jovens de um assentamento. A autora afirma que tanto os rapazes como as moças não possuem voz ativa na propriedade e nem em suas participações nas reuniões do assentamento. Podemos afirmar que, no caso dos jovens estudados por nós, estes já conquistaram uma autonomia dentro da propriedade neste aspecto.

Outra questão presente nas relações familiares da juventude rural pesquisada diz respeito ao namoro. De acordo com os diálogos dos/as jovens rurais durante os grupos focais, os pais incentivam os filhos/as a estabelecerem relacionamentos com outros/as jovens do campo. No entanto, isso não se apresenta como uma regra, pois apesar da preferência, os pais dão a eles/elas liberdade de escolha com quem desejam relacionar-se desde que possuam boa índole. No entanto, os rapazes disseram que a relação com jovens da cidade torna-se bem mais difícil do que para as moças.

Para os rapazes que pretendem ficar no campo, a relação com uma jovem urbana torna-se difícil devido a condição em que esta estará submetida no campo, principalmente, no que diz respeito ao trabalho agrícola. Já o namoro com jovens moças, filhas de agricultores, possibilita a eles a continuidade da atividade agrícola e a permanência na propriedade, tal como também observou Brumer (2007). O namoro e o casamento de um rapaz com uma jovem do campo dependem da disposição de moças no meio rural, mas isso, segundo o relato dos jovens participantes da pesquisa, encontra-se em um processo contínuo de diminuição, pois muitas estão migrando para a cidade. Já para as jovens, o estabelecimento de uma relação com um jovem urbano pode possibilitar a elas a oportunidade para deixar a propriedade e o trabalho na agricultura.

Durante nossa participação nos espaços de lazer frequentados pela juventude rural das três comunidades, foi possível perceber que o número de moças participando dos eventos era menor que o de rapazes. Isso se justifica, de acordo com os participantes da pesquisa, pela redução de jovens rurais permanecendo no campo. Esse fato tem influenciado diretamente nos espaços de lazer e diversão que frequentam. Muitas jovens têm migrado para a cidade, em busca de empregos urbanos e visando a continuidade dos estudos.

Vários estudos (CASTRO, 2005; ABRAMOVAY, 1998; GAVIRIA e MENASCHE, 2006; WEISHEIMER, 2005) têm apontado para a saída da juventude rural do campo para as cidades. Essas pesquisas apontam para uma migração seletiva, no qual as jovens estão deixando o campo em maior número do que os jovens. Alguns motivos principais contribuem, segundo os/as

autores/as citados/as, para a maior migração das jovens, como a posição que elas ocupam dentro da unidade produtiva, onde seu trabalho é considerado como ajuda, a situação de subordinação a que estão submetidas em relação aos pais até o casamento e a falta de participação delas na tomada de decisões dentro da propriedade. E em alguns casos ainda, como aponta Brumer (2007), as jovens estão excluídas da herança da propriedade e do processo sucessório quando da ausência dos pais, pois em muitos casos, quem assume a propriedade são os filhos do sexo masculino.

Diante do exposto e do que observamos sobre a relação dos filhos/as dentro da unidade produtiva, podemos inferir que alguns fatores apontados pelos autores também parecem influenciar na migração das jovens rurais das comunidades pesquisadas. Pois como vimos, elas não têm liberdade para opinar nas decisões tomadas pelos pais, o trabalho que realizam na unidade de produção também não é valorizado e elas ainda dependem financeiramente da família. Diante disso, podemos afirmar, ao que tudo indica, que pode estar ocorrendo um processo de masculinização do campo em Laranjeiras do Sul, tal como já observado em outros lugares por vários autores como Abramovay (1998) e Castro (2005).

A juventude rural das três comunidades também deixou evidente a centralidade e importância que os estudos, e sua continuidade, possuem nas suas vidas. Destacaram que seus pais lhes dão apoio, pois muitos deles/as não puderam dar seguimento a educação escolar na sua juventude.

Diante disso, foi possível identificar uma diferença de gênero entre os/as jovens rurais no que concerne aos planos e projetos que possuem para o futuro. As jovens rurais, de modo geral, deixaram claro que pretendem terminar o Ensino Médio e ingressar em uma Universidade. Algumas já estão fazendo curso superior. Os planos para o futuro estão ligados à conclusão dos estudos, migração para a cidade e a conquista de um emprego urbano.

Nas falas das jovens ficou evidente que o estudo é essencial para conquistarem maior autonomia e melhorarem suas condições de vida fora da atividade agrícola. Os cursos superiores que pretendem fazer não estão ligados com a agricultura, dificultando o retorno para a casa dos pais e sua possível permanência no campo. Entre os motivos que as levam a estudar, está a possibilidade da conquista de uma maior autonomia frente à posição que possuem em relação à família e aos papéis que desempenham na propriedade. As atividades realizadas por elas, como já foi citado, é visto muitas vezes como “menos importante” e é desvalorizada dentro do processo produtivo e na unidade familiar, tal como também observaram Silva (2008) e Carneiro (1998).

As jovens, de modo geral, estudam mais que os jovens, e são fortemente influenciadas pelos pais. Algumas disseram ser incentivadas pelas mães, pois estas, na sua juventude, tinham o desejo de estudar, mas não tiveram a oportunidade porque os pais não lhes davam apoio. A efetivação do projeto de futuro das jovens rurais está ligada a migração para cidade e sua possível permanência nesse espaço.

Em relação aos rapazes, foi possível perceber uma diversidade de situações e incertezas quanto aos seus projetos de futuro. Alguns jovens rurais, que ainda estão encerrando o Ensino Médio, demonstraram uma maior dificuldade em delimitar os seus planos. Nas suas falas ficou evidente uma situação de

ambiguidade (CARNEIRO, 1998), ao mesmo tempo em que desejam continuar os estudos, fazer uma faculdade ou curso profissionalizante, também pensam em permanecer no campo e trabalhar nas atividades agrícolas. O projeto de futuro desses jovens está ligado ao campo de possibilidades que tem a disposição no lugar onde vivem (CARNEIRO, 1998). Este pode se efetivar no campo, dando continuidade ao trabalho na agricultura ou em uma possível saída do campo para a cidade, em busca da conquista de um emprego urbano.

No entanto, alguns rapazes que participaram da pesquisa já têm definido, de certa forma, seus projetos de futuro. Nesse ponto, podemos elencar duas situações distintas. Alguns deles pretendem continuar os estudos, migrar para a cidade e trabalhar em um emprego urbano, tal como apontaram as jovens. Isso ocorre devido ao tamanho da propriedade ser pequena e não possibilitar a permanência e sustento de todos os/as filhos/as na unidade familiar, obrigando-os a buscar alternativas. Os pais acabam incentivando-os, dessa forma, por não possuírem capital financeiro para adquirir uma nova propriedade. Os limites estruturais impõem aos jovens a busca de novas alternativas fora da propriedade e, por vezes, da atividade agrícola.

Por outro lado, alguns jovens rurais deixaram evidente o anseio em continuar os estudos. Alguns já estão frequentando a Universidade. Diferente do que é apresentado pela literatura (BRUMER, 2007; CARNEIRO, 1998; CASTRO, 2005), até então, de que os/as jovens rurais migram para a cidade em busca de trabalho e educação porque não têm condição material, social e cultural para permanecer na propriedade. No caso dos jovens rurais estudados, a busca da conquista e efetivação de um projeto de futuro fora da propriedade decorre, em alguns casos, por vontade própria. O fato de terem interesse em sair da propriedade dos pais e não trabalharem mais na agricultura não está ligado à presença de uma família descapitalizada no campo, tal como também observou Redin (2012), em seus estudos com a juventude rural em uma comunidade no interior do Rio Grande do Sul.

Estes jovens rurais afirmaram que os pais teriam condição financeira para adquirir uma nova propriedade e ainda, acreditam que a renda gerada dentro da unidade de produção seria o suficiente para mantê-los na agricultura. No entanto, os anseios individuais vão além e, por isso, a continuidade dos estudos é uma possibilidade para efetivarem um projeto de futuro fora do espaço rural, ou seja, na cidade.

Também foi possível identificar jovens rurais que desejam permanecer no campo e dar continuidade ao trabalho agrícola, porque gostam do que fazem e de viver ali. Segundo eles, não estão sob o controle de um patrão, possuem autonomia de horários e acreditam possuir uma boa qualidade de vida, muitas vezes, não encontrada pelos trabalhadores urbanos. Apesar da visão positiva que possuem em relação ao seu projeto de futuro, sabem das dificuldades que enfrentam cotidianamente, principalmente pela falta de recursos financeiros para adquirir um pedaço de terra e ausência de políticas públicas que deem incentivos para a permanência da população jovem no campo. Mesmo possuindo o anseio de permanecer, esses jovens rurais destacaram a importância em continuar estudando e se especializando, por meio de cursos técnicos e universitários, relacionados com a área rural.

Outro ponto a destacar é em relação ao ideal de vida 'rurbano', apresentado



por Carneiro (1998), no qual a juventude rural passaria a elaborar seus projetos de futuro e trabalho a partir das novas alternativas que estão surgindo no campo, tais como o turismo rural, hotéis fazendas e pesque-pagues, etc., este deve ser relativizado no caso da juventude rural pesquisada, ou seja, os elementos do que se tem chamado “novo rural” não estão postos, ainda, em Laranjeiras do Sul.

Na realidade que Carneiro (1998) estudou, estava presente a possibilidade de a juventude rural estudar fora e retornar para o campo após concluir os estudos, sem necessariamente trabalhar na agricultura como seus pais e, sim, desenvolver novas atividades não agrícolas. No entanto, para a juventude rural dessas três comunidades, a realidade é outra. Se os/as jovens rurais optarem por permanecer no campo, não possuem outra possibilidade senão trabalhar na agricultura como seus pais. Dessa forma, o que aparece para eles/elas como campo de possibilidades, para seus projetos de futuro, é o emprego urbano e, quando possível, continuar os estudos cursando uma universidade.

Diante disso, podemos afirmar que a ampliação desse campo de possibilidades também exige uma nova percepção do que é ser jovem rural em meio a todas as transformações que vêm ocorrendo na sociedade e no espaço rural, tanto no que diz respeito ao processo produtivo quanto em suas relações políticas, sociais, econômicas e culturais. O entendimento dessa categoria social perpassa as compreensões sobre seus processos de socialização no rol familiar e educacional; vai além de entender quais os motivos estruturais que os (as) levam a migrar. Para entendê-los/as faz-se necessário apreender suas especificidades enquanto sujeitos sociais que possuem demandas próprias, diferentes anseios e visões de mundo.

Considerações Finais

O gênero, tal como abordado na discussão teórica desse artigo, é uma construção social e só pode ser compreendido em seu contexto histórico e social. Ele não tem o mesmo significado em qualquer lugar ou tempo, ao contrário, ele varia. Nesse sentido, o significado de ser mulher/moça em uma cultura poderá ser diferente em outra, da mesma forma pode-se dizer do que é ser homem/rapaz.

Assim, o conceito de gênero apresenta-se como pertinente para analisar as relações sociais e vivências da juventude rural em diferentes contextos. Nas comunidades rurais pesquisadas, ficou evidente as diferenças de gênero entre os/as jovens rurais que vivem nesses lugares e experienciam sua condição juvenil no campo.

Em relação aos espaços de lazer, observamos que na comunidade Rio do Tigre ainda é forte a presença das relações de patriarcado nas relações sociais estabelecidas nestes espaços de diversão da sociedade local, frequentados pela juventude rural. As regras, o controle social e as normas de condutas mostram-se resistentes, influenciando no comportamento instituído para moças e rapazes. As jovens não formam grupos de amizades com os rapazes e dificilmente saem sem a companhia de um responsável.

Essa observação se traduz em uma socialização de rapazes e moças distintas e eficientes, que tem por base um padrão de conduta rígido e moralista para

com o sexo feminino. A impossibilidade de frequentarem os espaços de lazer com o grupo de amigas, em linhas gerais, impede as jovens rurais de experimentarem diferentes formas de territorialização em diferentes espaços. A prevalência de uma cultura social e familiar que dispõe de uma maior liberdade para os rapazes, limita as jovens no que diz respeito a condição espacial. As suas vivências juvenis ficam limitadas ao espaço familiar e comunitário, sob a autoridade e controle de um adulto.

As jovens rurais das comunidades Faxinal Grande e São Pedro do Interior, pelo que vimos, já conseguiram conquistar uma maior autonomia em relação ao controle dos pais, podendo vivenciar os momentos de lazer e sociabilidade com o grupo de amigas. Trocam experiências e símbolos, contribuindo para a constituição de suas identidades individuais e coletivas. No entanto, as jovens rurais ainda estão limitadas pelos pais, quanto a sua circulação individual em determinados lugares.

A justificativa apresentada, para isso, é a presença da violência, drogas e álcool nesses locais. Sabemos que em nossa sociedade, conforme uma interpretação fundada no patriarcado, é difundida uma visão masculinizada de que existem espaços de circulação distintos para homens e mulheres. Talvez isso também seja válido para esse contexto.

Em relação ao trabalho desempenhado na unidade de produção familiar, também há uma divisão sexual do trabalho. Os papéis de gênero se diferenciam entre as jovens e os jovens rurais. Os rapazes, junto com o pai, são responsáveis pelo trabalho produtivo (associado ao mercado e a produção), e as moças, com as mães, pelo trabalho reprodutivo (doméstico, atividades próximas a residência e destinados ao consumo, reprodução familiar). As relações de dominação patriarcal e a autoridade do pai (chefe da família) atribuem às mulheres e jovens um lugar menos valorizado. É esse pensamento que invisibiliza a sua importância para a propriedade familiar.

Sobre o poder de decisão na propriedade, observamos que ele é restrito a figura do pai e do jovem. A tradição patriarcal que organiza o cotidiano familiar e de trabalho, na unidade de produção, nega as mães e as jovens rurais a possibilidade de participarem de questões que envolvem a esfera produtiva, administração da propriedade e as relações familiares.

A inferiorização do papel das mulheres e das jovens rurais, nesse contexto, é um dos motivos que as estimulam a buscar uma maior autonomia fora da propriedade dos pais. Como vimos, grande parte das jovens possui como projeto de futuro dar continuidade aos estudos, migrar para a cidade e conquistar um emprego urbano. Por outro lado, a maioria dos rapazes pretende permanecer no campo e desenvolver atividades agrícolas.

Diante disso, podemos afirmar que as relações de gênero e os papéis desempenhados pela juventude rural nos aspectos relacionados ao lazer, relações de trabalho e projetos de futuro tem implicações diretas na manutenção e continuidade da agricultura familiar no Brasil. A juventude rural tem deixado o campo e migrado para a cidade, sendo que as jovens constituem o maior percentual.

Isso nos leva a pensar na necessidade de uma mudança social e cultural sobre a importância do papel da mulher e das jovens rurais no campo brasileiro. É necessária uma mudança na compreensão da realidade, pois as



desigualdades entre os sexos não são fixas e naturais, mas, resultado das relações desiguais entre os sujeitos. Elas são construídas historicamente e atribuem funções diferentes para homens e mulheres.

Acreditamos que para modificar as relações de gênero apresentadas, e garantir a permanência da juventude rural no campo, são necessárias políticas públicas que garantam acesso a terra, tanto para homens como para mulheres, e proporcionem acesso à cultura, lazer, educação e renda. Em especial, que as mulheres sejam reconhecidas como sujeitos de direito, tenham possibilidades de construir sua cidadania e consigam emancipar-se da condição de desigualdade, que muitas vezes estão submetidas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. *et al.* **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. 2. ed. Brasília: Edições Unesco, 1998.

BRANCO, Maria Teresa Castelo. **Jovens sem - terra: identidades em movimento**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2003.

BRUMER, Anita. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. 2007. p. 1-19.

CARNEIRO, Maria José. **O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. Mundo Rural e Política. Rio de Janeiro: Ed. Campus/Pronex, 1998.

CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. *In*: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da juventude brasileira**. Instituto Cidadania e Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005, p. 243 - 261.

CASTRO. Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**, contribuições para o debate. 2005.

CASTRO. Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 7, n.1, p. 179-208, 2009.

CORDEIRO, Rosineide de L. M; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 419 – 423, 2007.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A escola como um espaço sócio-cultural. *In*: DAYRELL, Juarez Tarcísio (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. 2ª. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 136 - 161.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Juventude, grupos culturais e sociabilidade**. Disponível em:

Claudete Kuhn, Karla Rosário Brumes



<www.fae.ufmg.br:8080/objuventude/acervo/textos%5caba2004.html>.

Acesso em 13 de Agosto de 2007.

GAVIRIA, Margarita Rosa; MENASCHE, Renata. A juventude rural no desenvolvimento territorial: análise da posição e do papel dos jovens no processo de transformação do campo. **Estudo & Debate**, v. 13, n. 2, p. 69 - 82, 2006.

GROPPO, Luis Antonio. **Juventude**: ensaios sobre a sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' a multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em 6 janeiro de 2013.

KUHN, Claudete. **Juventude rural de Laranjeiras do Sul: espaços de lazer, sociabilidade e territorialização**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia – Área de concentração: Dinâmica dos Espaços Rurais e Urbanos) – Programa de Pós Graduação em Geografia – UNICENTRO, Guarapuava, Paraná.

KUHN, Claudete; BRUMES, Karla Rosário. Metodologias de pesquisa: investigando a juventude rural. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 42, n. 1, p. 97-116, 2015.

LAMARCHE, Eughes. **A agricultura familiar**: comparação internacional. Campinas: Unicamp, 1997.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2003.

REDIN, Ezequiel. Jovem Rural em questão. **Sociais e Humanas**, v. 25, n. 1, p. 123 - 139. 2012.

SCOTT, Parry. Gênero e geração em contextos rurais: algumas considerações. *In*: PARRY, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 15 - 33.

SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura familiar e gênero**: práticas, movimentos e políticas públicas. 2ª ed. Recife: UFPE, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. *In*: SILVA, Joseli Maria (Org.). **Geografias subversivas**:

discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2009, p. 25 - 53.

SILVA, Carmen; PORTELLA, Ana Paula. Divisão sexual do trabalho em áreas rurais do nordeste brasileiro. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. (Orgs). **Agricultura familiar e gênero: práticas, movimentos sociais e políticas públicas**. Recife: Editora Universitária, 2010, p. 127 - 144.

TORRES, Iraildes Caldas; RODRIGUES, Luana Mesquita. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. *In*: SCOTT, Parry, Scott; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 235 - 254.

WEISHEIMER, Nilson. Jovens agricultores: gênero, trabalho e projetos profissionais. Trabalho apresentado no **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**-25 a 29 de outubro de 2005. p. 1-25, 2005.

WOORTMANN, Ellen F. Prefácio. *In*: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 11 - 16.

Recebido em 03 de março de 2016.

Aceito em 23 de maio de 2016.

Claudete Kuhn, Karla Rosário Brumes

